

RELATÓRIO **FISCAL**

2º Tri de 2025



Este Relatório Fiscal detalha as saídas de caixa realizadas pela Petrobras com o recolhimento de tributos e participações governamentais no segundo trimestre de 2025. As informações seguem o critério de regime de caixa e devem ser lidas em conjunto com o Relatório Fiscal 2024, onde estão apresentados os aspectos de conformidade e gestão de riscos tributários da Companhia, a política tributária, com seus princípios e diretrizes, dentre outras informações sobre a nossa participação como um dos maiores contribuintes da economia brasileira.

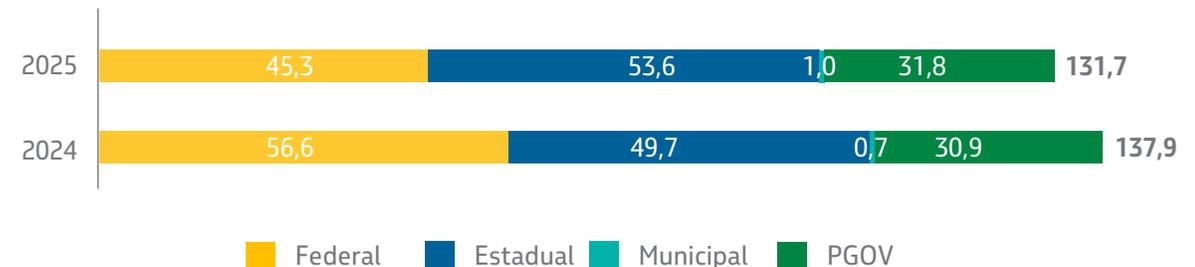
A Petrobras apresentou, no primeiro semestre de 2025, o recolhimento de R\$ 131,7 bilhões aos cofres públicos. Esse montante é composto por R\$ 86,5 bilhões em tributos próprios; R\$ 31,8 bilhões em participações governamentais (PGOV); e R\$ 13,4 bilhões em tributos retidos de terceiros.

Neste 1º semestre de 2025, foram pagos R\$ 45,3 bilhões em tributos federais que, somados aos R\$ 31,8 bilhões em participações governamentais, totalizam R\$ 77,1 bilhões destinados à União, que repassa parte desse valor aos Estados e Municípios conforme legislação em vigor. Esse valor corresponde a aproximadamente 5,4% de toda arrecadação federal. Ao compararmos com o mesmo período do ano anterior, tivemos uma redução de 11,9% na arrecadação, motivada pelo menor recolhimento de IRPJ, CSLL e PIS/COFINS.

No tocante aos recolhimentos estaduais, a Petrobras pagou R\$ 53,6 bilhões, representando cerca de 12% do total arrecadado pelos estados. Ao compararmos com o primeiro semestre de 2024, houve acréscimo de 7,8%. Esse aumento é justificado principalmente pela majoração das alíquotas do ICMS monofásico incidente sobre os combustíveis, a partir de 01/02/2025.

Os tributos municipais foram responsáveis pelo recolhimento de cerca de R\$ 1,0 bilhão. Os valores pagos aos municípios são distribuídos majoritariamente entre ISS retido de terceiros, ISS próprio e IPTU.

Comparativo de Recolhimento referente ao 1º Semestre (R\$ Bilhões)



R\$ 131,7 bilhões
PAGOS NO 1º SEM 2025



R\$ 77,1 bilhões

FEDERAL + PGOV



R\$ 53,6 bilhões

ESTADOS



R\$ 1,0 bilhão

MUNICÍPIOS

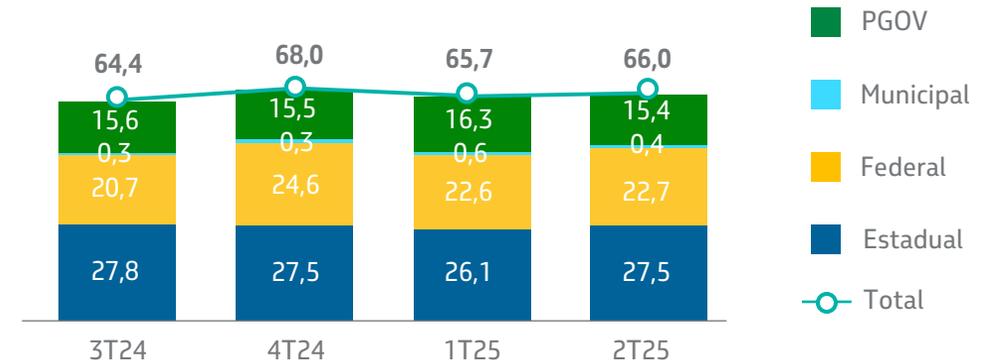


Nos gráficos abaixo, é possível observar a distribuição dos tributos pagos pela Petrobras, segregados por sua natureza tributária:

Histórico de Recolhimento do 1º Semestre
(R\$ Bilhões)



Histórico de Recolhimento dos últimos 4 Trimestres
(R\$ Bilhões)



No 1º semestre de 2025, dos R\$ 31,8 bilhões pagos em participações governamentais, R\$ 20,2 bilhões foram referentes a royalties e R\$ 11,4 bilhões à participação especial e cerca de R\$ 0,2 bilhão de taxa de ocupação ou retenção de área. Quando comparada a arrecadação de PGOV do 1º semestre de 2025 com o 1º semestre de 2024, observa-se um aumento de 3%.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, a Petrobras recolheu R\$ 264,1 bilhões aos cofres públicos na forma de tributos e participações governamentais.



PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS



Royalties, Participação Especial e Pagamento pela Retenção de Área



TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS



Substituição e Responsabilidade Tributária



TRIBUTOS PRÓPRIOS

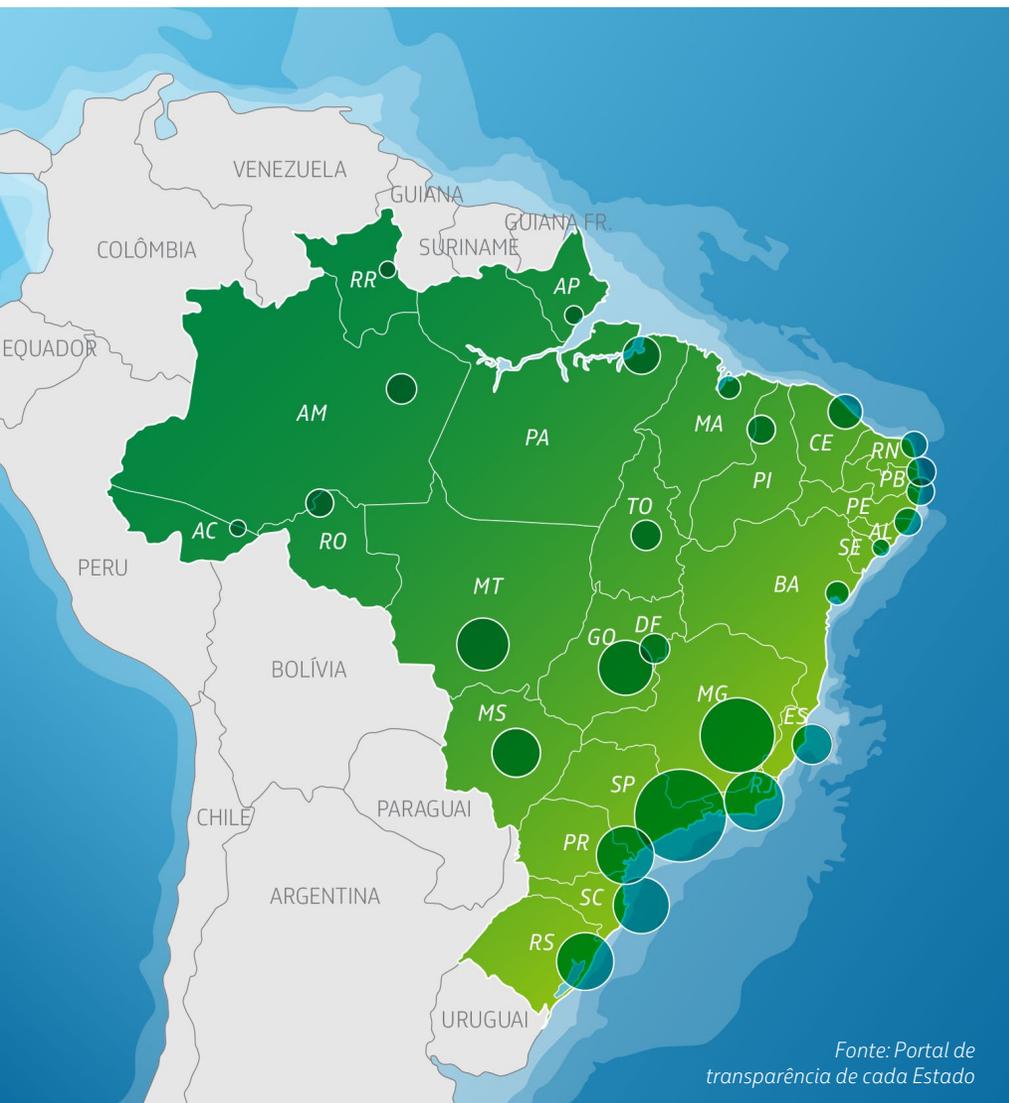


Inerentes das nossas operações



A Petrobras possui papel relevante na arrecadação do ICMS, tanto na condição de contribuinte, em razão de suas próprias operações, como é o caso do ICMS monofásico, quanto na condição de substituto tributário nas operações realizadas por terceiros. Em 20 Unidades da Federação, representamos mais de 10% da arrecadação de ICMS, fato que reforça a importância da empresa para o País.

No quadro abaixo, podemos observar o valor de ICMS recolhido pela companhia e sua respectiva contribuição percentual no total arrecadado pelos estados.



Fonte: Portal de transparência de cada Estado

RANKING	ESTADOS	RECOLHIMENTOS PETROBRAS (R\$ Milhões)	CONTRIBUIÇÃO %
1º	São Paulo	11.315,2	10,1%
2º	Minas Gerais	7.274,0	17,6%
3º	Rio de Janeiro	4.304,4	15,0%
4º	Rio Grande do Sul	4.031,2	16,0%
5º	Paraná	3.728,5	14,3%
6º	Santa Catarina	3.577,4	16,1%
7º	Mato Grosso	3.053,9	17,2%
8º	Goiás	3.035,6	20,9%
9º	Mato Grosso do Sul	2.587,2	52,8%
10º	Espírito Santo	1.599,8	14,7%
11º	Pará	1.371,1	7,3%
12º	Ceará	1.065,4	19,2%
13º	Distrito Federal	789,3	11,3%
14º	Paraíba	727,1	24,5%
15º	Amazonas	661,9	8,0%
16º	Tocantins	646,4	16,7%
17º	Rondônia	576,3	24,8%
18º	Alagoas	570,6	17,5%
19º	Pernambuco	565,2	4,3%
20º	Piauí	500,3	18,9%
21º	Rio Grande do Norte	496,8	11,2%
22º	Bahia	360,5	0,6%
23º	Maranhão	328,3	7,7%
24º	Amapá	139,5	17,3%
25º	Sergipe	123,8	4,5%
26º	Acre	90,1	8,3%
27º	Roraima	83,2	10,5%
Total		53.602,9	-